

ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NO TURISMO POR MEIO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA PRAIA DO SEIXAS – PB

Gutemberg Cardoso da Silva¹
Paulo Henrique Lacerda da Silva²
Juarez Velozo-Silva³

RESUMO: As políticas públicas de turismo são objeto de estudo relevante, tendo grande produção acadêmica. Trabalhos a cerca do conteúdo, impactos, formulação e histórico dessas políticas têm sido realizados. Porém, pouco se sabe sobre os meios pelos quais essas políticas se materializam na sociedade, os chamados instrumentos de políticas públicas. Esse trabalho, no entanto, tem como objetivo investigar como são caracterizados e utilizados os instrumentos de políticas públicas de turismo sustentado. Para isso, escolheu-se a Praia do Seixas, em João Pessoa, Paraíba. Para tal, optou-se pela análise de documentos, entrevistas com a comunidade local e observação no campo. Por fim, foi possível compreender que os instrumentos são caracterizados por ações pontuais, baseadas em leis/decretos e que, muitas vezes, não fazem parte de uma lógica sequencial, com exceção de projetos específicos. Conclui-se que os instrumentos de políticas públicas no turismo, em âmbito municipal, são resultados de escolhas políticas, e não meramente formas de ação livre de subjetividade, e que esses instrumentos são responsáveis por ser elo de entendimento e percepção entre a comunidade e as políticas públicas.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Turismo; Turismo Sustentado; Instrumentos Políticos; Praia do Seixas-PB.

INTRODUÇÃO

A política pública de turismo carrega consigo a possibilidade de contribuir para a melhoria na condição de vida das populações receptoras do turismo, de modo que possibilita captar investidores para contribuir no desenvolvimento do destino. Assim, as políticas públicas de turismo, voltadas ao planejamento e desenvolvimento do setor, devem estar em consonância com outros setores de políticas públicas, como transporte, saúde, educação e segurança, por exemplo (Brasil, 2009). Se considerado o período a partir da redemocratização do país, as políticas públicas voltadas ao setor tiveram espaço na Esplanada dos Ministérios no “Indústria, Comércio e Turismo” de 1992 em diante, em seguida, nomeado como “Esporte e Turismo”, e conquistando sua

¹ Administrador (Estácio), Turismólogo (UFPB) e Relações Públicas (UFPB), aluno do Programa de Pós-graduação em Turismo da UFPR. Email: gutorp@outlook.com

² Pesquisador CAPES, Bacharel em Turismo (UFPB), mestrando em Turismo (EACH-USP) Email: paulolacerdatur@gmail.com

³ Pesquisador CAPES, bacharel em Turismo (UNIBERO), Pós-graduado em Gestão de Pessoas (SENAC), mestrando em Turismo (EACH-USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8413083430323600> Email: Juarez.velozo@hotmail.com

pasta exclusiva em 2003, passando a ser chamado de Ministério do Turismo (Oliveira, Velozo-Silva, Tomazzoni e Netto, 2022).

Na operacionalização das políticas públicas, existe intencionalidade de alteração na realidade, a qual é posta em prática através de procedimentos, processos e práticas, que servem como forma de transformar a política pública em ação concreta na realidade, através dos chamados instrumentos de políticas públicas (CAPELLA, 2018). Charlotte, Lascoumes e Le Galès (2021) constataam que existe a necessidade de melhor aprofundamento do entendimento dos instrumentos de políticas públicas nos estudos, fazendo desse tema uma agenda marginalizada nos estudos de políticas públicas em diferentes domínios⁴ e âmbitos⁵. O argumento dos autores é que os instrumentos são vistos, muitas vezes, como características meramente técnicas e suplementares às pesquisas sobre o processo de políticas públicas (Halpern, Lascoumes e Le Galès, 2021).

Dessa forma, surge a necessidade de compreender os instrumentos de políticas públicas no turismo, um domínio da política que abarca outros domínios e diversos atores, desde sua concepção até implementação. Em adição à discussão sobre os instrumentos de políticas públicas, revela-se necessário relacionar esse tema ao desenvolvimento sustentável. Para isso, utilizou-se os Instrumentos de Políticas Públicas de Turismo Sustentado, propostos por Bill Bramwell (2001), como forma de análise dos instrumentos de políticas públicas no domínio de turismo sob uma perspectiva sustentável.

Como turismo sustentado, entende-se nesse trabalho o turismo sustentável. Ambas terminações têm a mesma finalidade, mas o conceito adotado foi “sustentado”, para fazer jus à obra basilar e seminal nos estudos do objeto de análise dessa pesquisa. A saber: “Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado”, de Bill Bramwell (2001). Desse modo, o objetivo deste trabalho é investigar como são caracterizados e utilizados os instrumentos de políticas públicas de turismo sustentado. Como recorte de estudo, escolheu-se a Praia do Seixas, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba no Brasil.

⁴ Por domínio de política pública, entende-se, neste trabalho, a área à qual a política pública se insere, neste caso, o turismo.

⁵ Por âmbito, entende-se a escala de atuação do Estado, no caso brasileiro: municipal, estadual, regional ou nacional.

A Praia do Seixas, localizada na zona sul do município de João Pessoa, Paraíba, carrega consigo o título de praia mais oriental das Américas. O ponto extremo oriental é reconhecido desde setembro de 1941, logo após disputar a alcunha com a praia de Ponta de Pedras, em Pernambuco. Seu reconhecimento nacional se consolida após a construção do monumento do Farol do Cabo Branco, em abril de 1972, e em diversos momentos ao decorrer da história, os dois pontos chegam a ser confundidos e até considerados um único atrativo. Em 2023 a cidade de João Pessoa ficou em segundo lugar no *ranking* nacional de melhores lugares para viagens de lua de mel, segundo o portal Casar.com e na sexta posição nacional de melhores destinos do país segundo o portal “Melhores Destinos” (PMJP, 2023⁶).

Ofuscado por atrativos turísticos consolidados, a praia não recebe a mesma atenção dos gestores quanto alguns pontos em seus arredores. O extremo oriental das Américas abriga comunidades de pescadores e barraqueiros, donos de bares e restaurantes, além de administradores de associações sindicais com sede no bairro. Todos os dias, e com mais intensidade aos finais de semana, as empresas de turismo receptivo desembarcam seus ônibus, vans e *buggys*, com turistas meso-psicocêntricos em procura das piscinas naturais (Melo, Lins e Eloy, 2014).

MÉTODO

Nesta pesquisa, realizou-se uma revisão narrativa da literatura, especialmente indicada para os casos de levantamento de questões no campo, além de colaborar para a atualização da discussão em tela (Rother, 2007). De abordagem qualitativa, aprofundou-se no problema apresentado buscando as especificidades do objeto estudado (Richardson, 2012; Creswell, 2014). Além disso, caracteriza-se a pesquisa como descritiva e exploratória, amplamente utilizadas no turismo, sendo flexível (Veal, 2011), e oportunizando o uso de diversos tipos de ferramentas para a coleta de dados (Schluter, 2003).

Na fase de coleta de dados, foram realizadas: a) coleta documental (Zappellini e Feuerschütte, 2015) em órgãos oficiais, para caracterizar a área e compreender a

⁶<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joaopessoa-mais-uma-vez-e-a-unica-capital-na-lista-dos-top-10-melhores-destinos-do-brasil/>



legislação acerca do local; b) entrevistas por meio de roteiro semiestruturado (Gerhardt e Silveira, 2009), com moradores, lideranças comunitárias e comerciantes locais; e c) observação direta (Marietto, 2018) do campo, com sistematização de percepções dos pesquisadores em diário. A fim de compreender melhor o local de estudo, foram realizadas três visitas de campo, sendo uma em 2019 e duas em 2020.

Já na fase de análise dos dados, buscou-se compreender de que modo os instrumentos de políticas públicas, propostos por Bramwell (2001), puderam ser entendidos a partir dos dados primários (entrevistas e observações) e secundários (documentos) sobre o campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Estado tem um papel estruturante na atividade turística, uma vez que é responsável por resolver os conflitos que se dão na dinâmica da atividade turística, uma vez que esta atividade se utiliza dos bens públicos e comuns e acaba impactando socialmente e ambientalmente em uma destinação (GONZÁLEZ, 2014). Seria papel dos governos, promover o ordenamento do turismo, uma vez que a economia de mercado não é capaz de desenvolver por si só o turismo sustentado, que é aquele que busca estabelecer igualdade na distribuição dos benefícios do turismo, cuidado com os recursos de uma destinação e preocupação com a sustentabilidade (BRAMWELL, 2001).

O turismo sustentado adota em seu conceito princípios que respeitem os valores de desenvolvimento sustentado, os quais são determinantes na escolha dos instrumentos políticos adequados ao turismo sustentado. Os principais fundamentos do desenvolvimento sustentado são recursos, futuro e igualdade, expostos por Bramwell (2001), como no quadro a seguir.

Quadro 1: Fundamentos do Turismo sustentado

Recursos	são essenciais para proporcionar o bem-estar, através do mínimo uso de recursos não-renováveis, preocupando-se com a viabilidade do meio ambiente, recursos econômicos, culturais e sociais.
-----------------	--



Futuro	responsabilidade com as gerações futuras, proporcionando a elas o uso dos recursos, oportunidades e opções assim como na atual geração.
Igualdade	justiça nas distribuições dos recursos entre os cidadãos, no que diz respeito aos benefícios e custos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bramwell (2001).

Molina e Rodriguez (2001, p.102) asseveram que os instrumentos contribuem para “condicionar, de uma maneira ou outra, a consecução dos objetivos e metas, e também afetam as estratégias”. Isto significa que os instrumentos são os meios que contribuem para o melhoramento e desenvolvimento de estratégias, que podem ser específicas ou gerais, e determinam o seu grau de eficiência (Conceição e Conceição, 2015).

De acordo com DIAS (2003), o Estado exerce seu papel, enquanto agente e parte interessada, através das políticas públicas, que podem ser entendidas como ações exclusivas do Estado que visam o bem-estar comum e entender e atender as demandas da sociedade. As políticas públicas são as diretrizes, e elas são executadas através de instrumentos de políticas. Em outras palavras, quando se fala em instrumentos de políticas, é importante que se pense nestes instrumentos como mecanismos que o Estado usa para interferir na atividade turística.

Molina e Rodriguez (2001) entendem que os instrumentos mais importantes no sentido do planejamento e políticas do turismo são: I) financiamento, II) pressupostos de saída, III) pressupostos de entradas e IV) normas jurídicas. Estes instrumentos são apresentados no Quadro adiante:

Quadro 2 – Instrumentos das políticas públicas

Financiamento	Tem a capacidade de mobilizar recursos humanos, técnicos, materiais, tecnológicos etc. Da mesma forma, o financiamento visa melhorar a distribuição da receita nacional e regional e, além disso, regular e conduzir a economia e toda a sociedade para atingir os objetivos predeterminados.
Pressupostos de saídas	São os gastos públicos. Afetam diretamente a estratégia global de desenvolvimento e o ritmo de crescimento da economia e dos setores sociais. O gasto público maior corresponde a uma maior intervenção do governo na sociedade.



Pressupostos de entrada	Seriam as receitas públicas. Constitui o instrumento que ajuda na determinação e início das diferentes atividades e projetos que derivam de um plano. O governo obtém receitas por intermédio de impostos, explorações diversas etc
Normas jurídicas	Têm o papel de definir as responsabilidades, atribuições e limitações às quais devem estar diretamente envolvidas as instituições no processo de planejamento.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Molina e Rodrigues (2001, p. 104)

Esses instrumentos contribuem para a formação das políticas públicas no turismo, e suas aplicações podem estar diretamente envolvidas na constituição dessas políticas. Existe também o argumento de que para uma aplicação exitosa desses instrumentos, algumas fases são necessárias, sendo elas: aplicação, programação, pressuposição, instrumentação e avaliação (Beni, 2006).

São necessários objetivos claros para o atingimento de pleno desenvolvimento em instrumentos turísticos como: envolver governos para orquestrar ações que solucionem aspectos da demanda turística; possuir base orçamentária advinda dos setores público e privado, para o desenvolvimento de ações e investimentos; ter claros os critérios para avaliação da execução orçamentária, bem como indicadores de perdas e de eficiência; além de possuir instrumentos para fiscalização e controle para mitigar possibilidades de desvios (Beni, 2006). Todos esses objetivos, na visão do autor, servem para que o turismo se desenvolva segundo as políticas de turismo que são propostas pelos governos em suas diversas esferas, nacionais, regionais e locais.

Há ainda o apontamento de quatro instrumentos políticos mais usados no turismo sustentado, a saber: o encorajamento, os incentivos, gastos do governo e as regulamentações (Bramwell, 2001).

O **Painel de Instrumentos** é utilizado na efetivação da política de turismo sustentado, através de dispositivos que considerem as necessidades específicas do local, seus objetivos atuam na tomada de decisão, que reflete os processos sociais, econômicos e turísticos, que por sua vez, são influenciados pelas crenças, valores e ideologias existentes. Os instrumentos são o **zoneamento** utilizado para controlar o desenvolvimento do turismo ou para limitar o acesso de turistas a áreas vulneráveis; a **disseminação de códigos de conduta** a fim incentivar um comportamento apropriado na prática do turismo; a **imposição de taxas** sob o uso de energia elétrica e de serviços de tratamento de resíduos para estimular as empresas de turismo a

consumir de maneira consciente os recursos escassos e reduzir a poluição; e o **fornecimento público de infra-estrutura** de administração de tráfego para reduzir o congestionamento, e conseqüentemente a emissão de gases poluentes nas áreas turísticas.

Com base na literatura anteriormente apresentada, as intervenções dos governos são orientadas pela política e implementadas por instrumentos de política (Bramwell, 2001). É sobre esses instrumentos que esta pesquisa se sustenta. Os indicadores propostos por este autor nortearam a análise das ações implementadas pelo poder público na região estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão apresentados os resultados com base em cada um dos quatro instrumentos de políticas públicas.

1- Encorajamento do governo

O encorajamento do governo é efetivado por intermédio da informação, da educação e da orientação geral fornecida às operadoras do turismo, turistas ou comunidades a fim de fomentar o turismo sustentado (Bramwell, 2001). Com base no exposto, foram identificados instrumentos dessa natureza na área estudada.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), por meio da Secretaria de Meio Ambiente (Seman), desenvolveu ações de preservação e recuperação do meio ambiente, através do Programa Carbono Zero que buscava contribuir para redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂). Foram realizadas atividades de recuperação ambiental das nascentes de rios e áreas degradadas, plantio e distribuição de mudas de árvores nativas e reordenamento de estabelecimentos comerciais da orla da cidade.

Já o Projeto Verde - Estação Sustentável se dedicava à preservação, conscientização e sustentabilidade do meio ambiente, através das atividades de reaproveitamento de descartáveis, palestras educativas, distribuição de mudas de plantas nativas, frutíferas e arbóreas. A iniciativa foi promovida pelo setor de gestão educacional da Estação Cabo Branco - Ciência, Cultura e Artes.

Em visita ao local observou-se que a população, não sentia-se instruída o suficiente, para lidar com os problemas causados pela erosão da falésia na região da Ponta do Seixas. Também relataram a sensação de insegurança e descaso quanto às ações desenvolvidas pelo poder público para conter o desgaste do solo. Nesse sentido, no local, não se viam ações básicas como uma placa de orientação quanto ao uso, ou que informe sobre a importância da preservação desse espaço para toda a sociedade brasileira. Assim, apesar de ações de encorajamento, percebeu-se a falta de conscientização e infraestrutura para promoção do respeito à conservação dos recursos naturais.

2- Incentivos financeiros do governo

São as ações que modifiquem os preços para os negócios de turismo, para os turistas ou para as comunidades receptoras, quando ocorrem danos ambientais ou culturais, e até mesmo comportamentos convenientes (Bramwell, 2001). Não foram observados, de forma clara, em documentos, visitas e entrevistas, ações nesse sentido.

3- Gastos do governo

Os gastos do governo são ações feitas para que haja desenvolvimento na comunidade local. Desse modo, a partir das visitas feitas à região, notou-se que o governo investiu em algumas formas de infraestrutura, são elas: a) asfaltar as principais vias que dão acesso a restaurantes, bares e à praia; b) saneamento básico da região, e c) linhas de ônibus.

Porém, através de entrevistas feitas a moradores locais, percebeu-se que ainda há muito a se fazer, principalmente quando se trata de infraestrutura para receber turistas. Foram exemplos recorrentes nas entrevistas: o calçamento das vias, padronização dos bares e restaurantes da orla e a construção de praças, áreas comuns para que os turistas possam frequentar, criação de dois pequenos centros comerciais (mercados), um para que moradores da comunidade possam em um vender seus produtos, como artesanato, e um mercado de peixes para que os pescadores tenham um espaço com uma melhor estrutura para vender.

Na análise dos documentos, existem discussões de ordem municipal feitas pela Câmara Municipal de João Pessoa para melhorias e incentivos no

desenvolvimento da região, principalmente voltadas ao turismo. Porém, nenhum instrumento foi utilizado para a aplicação até o final da pesquisa.

4- Regulamentações do governo

Não envolve um incentivo financeiro ou gasto direto do governo, mas proíbe ou exige as ações e os caminhos que devem ser seguidos, por todos os envolvidos do ambiente turístico.

Neste instrumento, notou-se que a única lei que a região segue é a Lei Geral do Turismo, onde usam as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo no setor turístico. E que, apesar do “Regulamento do serviço de Transporte Turístico”, o qual se explana que todos os meios de transportes utilizados no local para fins turísticos precisam estar devidamente registrados no Mtur, de acordo com entrevistados locais, algumas embarcações atuantes ali não estão cadastradas. Além disso, relataram não haver fiscalização operando constantemente no local.

A orla da João Pessoa está submetida à chamada lei dos espigões, que obedecem princípios da Constituição da Paraíba. Essa lei limita a altura das edificações em uma distância de 500 metros da praia, buscando beneficiar a paisagem da orla.

Ainda, constatou-se a presença de duas leis municipais que beneficiam a acessibilidade, a lei do fornecimento de cardápios trilingue⁷ e a lei para cardápios em braille⁸, tornando obrigatório em restaurantes, bares, hotéis e similares, sendo um fator positivo na recepção de diferentes públicos de turistas.

“João Pessoa, segunda cidade mais verde do mundo” e “João Pessoa, ponto extremo oriental das Américas” são exemplos de como o marketing turístico da cidade de João Pessoa tem se estruturado. A propaganda turística desempenhou um papel fundamental, reforçando o caráter diferenciado do espaço turístico local com relação ao local estudado neste trabalho. Assim, a imagem turística expressa a relevância da Praia do Seixas.

⁷ Lei nº 13.002/2015 (municipal) torna obrigatória a disponibilização, uso e oferecimento de cardápios trilingues aos clientes de hotéis, restaurantes, bares e similares.

⁸ Lei nº 11.882/2010 (municipal) dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam comidas e bebidas a disponibilizarem cardápios impressos em braille.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

Na perspectiva teórica, essa pesquisa contribui ao lançar luz para caracterizar e compreender o papel dos instrumentos de políticas públicas, no âmbito municipal, nos estudos do turismo. Dessa forma, a categoria aqui estudada, pode ter características essenciais aos estudos do campo, principalmente ao compreender o papel desses instrumentos para a percepção da comunidade em relação à ação governamental. Assim, a presente pesquisa pôde contribuir com uma área escassa de produção, mas que se mostrou relevante para o enquadramento das ações por parte das decisões políticas nos governos em prol do turismo.

Na perspectiva prática, essa pesquisa pode auxiliar os gestores públicos a entenderem que o tipo de instrumento de política pública escolhido, molda a forma com que a população compreende qual o peso, papel, e direcionamento que o governo dá a determinado assunto. Assim, direcionar mais de um instrumento em uma política pública, pode auxiliar na sua aceitação ou apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve o objetivo de investigar como são caracterizados e utilizados os instrumentos de políticas públicas de turismo sustentado, a partir da realidade do município de João Pessoa, Paraíba. Desse modo, foi possível compreender que os instrumentos são caracterizados por ações pontuais, baseadas em leis/decretos e que, muitas vezes, não fazem parte de uma lógica sequencial, com exceção de projetos específicos.

É possível constatar que os instrumentos não são meramente meios de operacionalização das políticas públicas. Eles são a forma pela qual os governos escolhem atuar na sociedade, revelando um caráter subjetivo, que pode mudar de gestão para gestão. Nesse sentido, ações de incentivos financeiros não são presentes, quantitativamente, como as demais, isso tem relação pela forma com que a política é concebida.

Ainda, os instrumentos são a forma pela qual as comunidades percebem a atuação governamental. O conhecimento de diretrizes orientadoras das políticas pode ser restrito, por parte da população, mas a execução dos instrumentos possibilita a

sociedade perceber o governo em ação. Por isso, os instrumentos são relevantes para moldar a compreensão da sociedade em relação à atuação governamental sobre um setor de política pública. Assim, essa pesquisa contribui à literatura das políticas públicas de turismo ao reivindicar o papel dos instrumentos como relevantes mediadores entre a política pública e ações, e seu papel de destaque na percepção da sociedade para com a política pública.

As técnicas utilizadas nesse estudo se mostraram pertinentes ao entendimento do fenômeno. No entanto, o desenho metodológico mostrou uma limitação ao não incluir representantes do Estado. Nesse sentido, pesquisas futuras podem, além de incorporar a compreensão dos instrumentos como parte relevante nas políticas públicas, buscar compreendê-los por meio da percepção dos gestores e políticos. Além disso, sugere-se que novos estudos sobre os instrumentos sejam realizados em outros âmbitos, como estadual ou federal, a fim de compreender se a caracterização dos instrumentos muda de acordo com o ente federativo.

REFERÊNCIAS

- BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRAMWELL, Bill. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. **Turismo global**. São Paulo: SENAC, p. 375-392, 2001.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Curso Formação de Gestores das Políticas Públicas do Turismo**. Brasília: MTur. 2009
- CAPELLA, A. C. N. (2017). **Formulação de Políticas Públicas**. (Coleção Governo e Políticas Públicas). Brasília, DF: ENAP.
- CONCEIÇÃO, C. C., e C. C. da CONCEIÇÃO. **A Elaboração Das políticas Públicas De Turismo Do Estado Do Amapá Com Base Nos Instrumentos políticos Proposto Por Bramwell**. Revista De Turismo Contemporâneo, vol. 3, nº 2, dezembro de 2015, <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/7804>.
- CONCEIÇÃO, Cálidon Costa da et al. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ NO PERÍODO DE 2003 A 2007**. Dissertação de Mestrado. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, SC, Brasil.2010.

CRESWELL, John W. **A concise introduction to mixed methods research**. SAGE publications, 2014.

DE SOUSA MELO, R.; LINS, R. P. M.; ELOY, C. C. **O impacto do turismo em ambientes recifais: caso praia Seixas-Penha, Paraíba, Brasil**. REDE-Revista Eletrônica do Prodema, v. 8, n. 1, 2014.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**. 01. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Plageder, 2009.

GONZÁLEZ, M. V. **Governança turística: políticas públicas inovadoras ou retórica ba-nal?** Caderno Virtual de Turismo, v. 14, 2014. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1023>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CHARLOTTE, H; LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. **As abordagens a partir dos Instrumentos da ação pública**. 2021. Disponível em: <https://sciencespo.hal.science/hal-03420513/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MARIETTO, M. L.. **Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos**. Revista Ibero Americana de Estratégia, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Planejamento Integral do Turismo**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

OLIVEIRA, Josefa Laize Soares et al. **Análises da governança turística com base nas visões de ex-ministros do turismo do Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 16, p. 2426-2426, 2022. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2426>.

PETERS, B. Guy. **American public policy**. Chatham, NJ: Chatham House, p. 11-28, 1986.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 14. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisión sistemática X Revisión narrativa**. Acta paulista de enfermagem, v. 20, p. v-vi, 2007.

SCHLÜTER, Regina G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003.

VEAL, Anthony J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, v. 29, 2011.



“TURISMO CULTURAL E
MARKETING CRIATIVO”

FÓRUM INTERNACIONAL
DE TURISMO DO IGUAÇU

17ª edição | 2023
31MAI A 02JUN
Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. **O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração.** Administração: ensino e pesquisa, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015. Disponível em:
<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238>. Acesso em: 25 ago. 2019